



## CHECKLIST DE ANÁLISE DE GARANTIA CONTRATUAL

Processo:	[NÚMERO DO PROCESSO]						
Contrato Administrativo:	[nº e link do documento SEI]						
Empresa/CNPJ:	[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ]						
Termo Aditivo							
Data de Assinatura:							
Vigência de contrato:	Vigência de [XXXXXXXX meses ou ano], pelo período estimado de [XX/XX/20XX a XX/XX/XXXX]						
ITEM	PROCEDIMENTOS		S	N	N/A	REGISTRO NO SEI	OBSERVAÇÃO
1	A garantia contratual foi apresentada nas modalidades previstas no art. 96 da Lei n. 14.133/2021? Indique abaixo a modalidade indicando sim na opção escolhida.	<a href="#">Lei nº 14.133/2021, art. 96, e Acórdão TCU nº 1.981/2009 – Plenário</a>					
1.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública						
1.2	Seguro-Garantia						
1.3	Fiança bancária						
1.4	Título de Capitalização						
2	Em caso de opção pelo <b>SEGURO-GARANTIA</b> , a parte adjudicatária apresentou apólice no prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação que deve ocorrer antes da assinatura do contrato?						
3	Exceto nos casos de opção pela <b>CAUÇÃO</b> ou <b>FIANÇA BANCÁRIA</b> , a garantia foi apresentada antes da efetiva celebração do contrato?	<a href="#">Acórdão nº 1883/2011 – 1ª Câmara</a>					
4	Nos casos de opção pela <b>CAUÇÃO</b> ou <b>FIANÇA BANCÁRIA</b> , a garantia foi apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, com a devida justificativa, contados da assinatura do contrato/aditivos/apostilamentos?	<a href="#">IN SEGES MP nº 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1, alínea "a"</a>					
5	No caso de atraso na apresentação da garantia, havendo previsão contratual, foi aberto processo de apuração de responsabilidade da empresa?	<a href="#">IN SEGES/MP nº 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1, alínea "e"</a>					

6	<p>A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegura todos os itens relacionados abaixo?</p> <p>(i) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;</p> <p>(ii) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;</p> <p>(iii) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e</p> <p>(iv) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber (contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra)</p> <p><b>CONCLUSÕES DO PARECER n. 00003/2022/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU</b></p> <p><i>f) A cobertura da fiança bancária deverá assegurar o pagamento dos (i) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; (ii) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; (iii) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada e (iv) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber, de acordo com o Anexo VII-F, item 3.1, "b", "b.1.", "b.2.", "b.3." e "b.4." da IN n. 05/2017/SEGES.</i></p>	<p><a href="#">art. 50 e inciso IV, § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021,</a></p> <p>Súmula nº 331 do TST e STF: ADC 16/DF</p>				
7	<p>O valor da garantia corresponde ao valor exigido em contrato?</p> <p>O valor limite é de até cinco por cento (5%) do valor do contrato, ou de até dez por cento (10%) nos casos de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, desde que demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente.</p> <p>Em caso de contatos com cessão exclusiva de mão de obra, o valor deverá corresponder a 5%, limitado ao equivalente a dois meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução do serviço contratado.</p> <p>Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no art. 98.</p>	<p><a href="#">Lei nº 14.133/2021, art. 96, §2º e §3º e IN SEGES/MP nº 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1, letra "a"</a></p>				
8	<p>Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, foi acrescentado o valor desses bens ao valor da garantia?</p>	<p><a href="#">Lei nº 14.133/2021, art. 101.</a></p>				
9	<p>O valor da garantia foi atualizado nos acréscimos, supressões e aditamentos do contrato?</p>	<p><a href="#">Acórdão TCU nº 3404/2010 – Plenário e 2372/2013 – Plenário</a></p>				

10	<p>No caso da opção pela modalidade <b>FIANÇA BANCÁRIA</b>, foi prestada por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil?</p> <p><b>CONCLUSÕES DO PARECER n. 00003/2022/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU</b></p> <p><i>a) A fiança bancária somente pode ser prestada por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil. Desse modo, antes de aceitar a garantia ofertada, a Administração Pública deve adotar as medidas necessárias para aferir se o fiador tem autorização para operar como instituição financeira.</i></p>	<p><a href="#">Lei nº 14.133/2021, inciso III, do § 1º, do art. 96.</a></p>				
11	<p>Garantia na modalidade <b>FIANÇA BANCÁRIA</b> tem previsão expressa da renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil?</p> <p><b>CONCLUSÕES DO PARECER n. 00003/2022/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU</b></p> <p><i>b) A Administração Pública somente poderá aceitar fiança bancária na qual conste renúncia expressa ao benefício de ordem pelo fiador.</i></p>					
12	<p>No caso da opção pela modalidade <b>SEGURO GARANTIA</b>, foi verificado junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) se a entidade seguradora e a apólice estão regularizadas? Anexar consulta ao processo.</p>					
13	<p>No caso da opção pela modalidade <b>CAUÇÃO EM DINHEIRO</b>, a garantia foi efetuada na Caixa Econômica Federal, no montante adequado, em conta específica com correção monetária, em favor do órgão/entidade?</p>	<p><a href="#">Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, IV; IN SEGES MP nº 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1, alínea "d"</a></p>				
14	<p>No caso de <b>CAUÇÃO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>, estes foram emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda</p>	<p><a href="#">Lei nº 14.133/2021, art. 96, inciso I.</a></p>				
15	<p>Caso a opção seja pelo <b>SEGURO GARANTIA</b>, a garantia tem validade durante toda a execução do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual?</p> <p><b>CONCLUSÕES DO PARECER n. 00003/2022/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU</b></p> <p><i>d) O prazo de validade deve ser equivalente à vigência do respectivo contrato, acrescido de um período adicional de 90 (noventa) dias, haja vista ser este necessário para o recebimento definitivo de obras e serviços.</i></p>	<p><a href="#">Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, art. 7º, caput; IN SEGES/MP nº 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1</a></p>				
16	<p>Houve conferência se os dados do segurado/beneficiário e do afiançador estão corretos?</p>					

17	Houve a contabilização da garantia contratual no SIAFI?					
18	Houve o registro da Garantia no sistema Contratos.Gov?					
19	A Garantia tem prazo estabelecido para ser executada? Se sim, registrar as condições.					
20	<p>Foi identificada cláusula <i>Pro rata tempore</i>?</p> <p>Cláusula <i>Pro rata Tempore</i> são cláusulas que proporcionalizam o valor da garantia ao prazo de vigência. <u>Esse tipo de cláusula não pode ser aceita nos contratos administrativos, seja qual for a modalidade da garantia.</u></p> <p><b>CONCLUSÕES DO PARECER n. 00003/2022/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU</b></p> <p>c) O valor da garantia deve ser integralmente preservado enquanto o contrato estiver sendo executado.</p> <p>(...)</p> <p>e) Na fiança bancária que tenha a previsão de clausula "Pro-Rata Tempore", se a intenção da cláusula for o de reduzir o valor da cobertura da garantia conforme o contrato for escoando sua vigência, <b><u>esta garantia não deve ser aceita pela Administração</u></b>, pois a vigência do contrato é referencial para a validade da garantia, não devendo ser utilizada para definição de seu valor, que tem como base de cálculo o valor do contrato. Assim, no caso de dúvidas, deve a Administração solicitar a instituição fiadora o esclarecimento do sentido, alcance e da finalidade pretendida com a referida cláusula, para que possa analisar a carta fiança apresentada e manifestar vontade sobre a sua aceitabilidade ou não.</p>					

Documento assinado eletronicamente

NOME DO SIGNATÁRIO

Cargo do Signatário



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo França de Brito, Diretor(a)**, em 07/05/2024, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michel Zanoni Camargo, Coordenador(a)-Geral**, em 17/05/2024, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Santos de Melo Batalha, Assistente Técnico-Administrativo**, em 18/05/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41869543** e o código CRC **24CB6F7B**.